

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº. 208/2016-GAB/DPG,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, VIII e XXVII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.
RESOLVE:
Exonerar a pedido o Servidor Público DIEGO MARINHO MARTINS, matrícula nº 5917427, do cargo em comissão de Secretário de Núcleo Metropolitano, Código GEP-DAS-011.2, a contar de 09 de janeiro de 2017.
Cumpra-se. Publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 133757

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/TJPA/2017

OBJETO: Registro de Preço para eventual prestação de serviços de ambientação e decoração, para atendimento aos eventos protocolares de caráter institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 11/01/2017, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3257, fax (91)3205-3287 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 28 de dezembro de 2016.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 133926

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 005TJPA/2016

OBJETO: Contratação empresa especializada para execução serviços recuperação e reforço prédio Justiça Militar do Estado do Pará, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.
O Tribunal de Justiça do Estado do Pará informa às licitantes participantes a REVOGAÇÃO da apresente licitação, conforme determinação da Secretaria de Administração, por razões de interesse público devidamente comprovado, para ajustes no termo de referência e adequação orçamentária no exercício vindouro.
Desta forma, nos termos do art. 109, I, c da Lei nº 8.666/93, ficam os interessados intimados para apresentarem recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis. As manifestações poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@tjpa.jus.br. Belém, 28 de dezembro de 2016. Comissão Permanente de Licitação TJPA.

Protocolo: 133774

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO. Acolho o julgamento da Pregoeira, que declarou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 066/TJPA/2016 (Registro de Preço para eventual prestação de Serviços de Locação de Veículos Interestadual, com Motoristas, para atender

o Gabinete da Chefia do Poder Judiciário do Estado do Pará, quando em deslocamento para outros Estados da Federação e Distrito Federal, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital), homologando o certame, para os devidos fins. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br.
Belém, 28/12/2016.
Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 133738

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato nº. 020/2014/TJ-PA//Partes: TJPA e PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA PRODUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.814.441/0001-40// **Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância eletrônica 24 horas com monitoramento remoto por alarme sensoriado, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, operação e manutenção para os prédios deste Tribunal de Justiça do Estado do Pará //Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico de nº. 002/TJPA/2014//Vigência: inicial em 19/12/2016 e final em 19/12/2017//Valor global do Contrato: R\$- 794.993,40//Objeto do aditivo: Acréscimo de quantitativo de serviços. (Fórum da Comarca de Rio Maria) // Valor do aditivo: R\$ 75,00 (parcela única - instalação); R\$ 851,52 (serviço de monitoramento) – R\$ 88.062,32 (novo valor mensal) // Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 0206114198176; Fonte de Recurso: 0118; Natureza da despesa: 339039. // Data da Assinatura: 19/12/2016/ Representante do Contratante: Aníbal Corrêa Pinheiro – Secretário de Administração//Ordenador Responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme – Secretária de Planejamento.
Protocolo: 131652

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

ATO DA MESA Nº320/2016-MD-AL
DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE
APOSENTADORIA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e competências regimentais,
CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº92/2014, que extinguiu o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará- IPALEP e cria o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº101/2015, que altera o §1º do artigo 4º, Inciso I do artigo 5º e artigo 21 da Lei complementar 092/2014;
CONSIDERANDO que o Ex-Deputado Pío Menezes Veiga Netto, esteve Deputado Estadual na 15ª Legislatura, no período de 01.02.2003 a 31 de janeiro de 2007, no total de 04(QUATRO) anos, equivalente a 48(QUARENTA E OITO) meses de contribuição obrigatória, para o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará- IPALEP;
CONSIDERANDO que o referido Ex-Deputado continuou contribuindo na 16ªLegislatura para o Instituto de Previdência, correspondente ao período de 01 de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2011, efetivando os recolhimentos devidos das contribuições, totalizando 04(QUATRO) anos ou seja 48(QUARENTA E OITO) meses de contribuições;
CONSIDERANDO que o tempo total de contribuição foi de 96(NOVENTA E SEIS) meses, o que equivale a 08(OITO) anos de mandato;
CONSIDERANDO a manifestação do Chefe da Divisão de Análise e Cálculos da Coordenadoria do Plano de Seguridade Parlamentar, às fls. 05 do Processo Administrativo nº06865/2016;
CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral desta Assembleia Legislativa, exarado às fls.14, 15 e 16 do Processo Administrativo nº06865/2016, de 09 de novembro de 2016.
RESOLVE:
Art. 1º O Plano de Seguridade Social dos Parlamentares passa a fazer o pagamento da aposentadoria ao Ex-Deputado Estadual PIO MENEZES VEIGA NETTO.

Parágrafo único. O aposentado referido no Caput deste artigo, terá direito a aposentadoria proporcional a um vinte avos dos subsídios do Deputado Estado, não podendo ultrapassar a 20(VINTE) anos de contribuição, previsto no inciso I e II do Art.17, da Lei Complementar nº 92/2014, e no inciso I, do Art.5º, correspondente a 08(OITO) anos de contribuição.
Art.2º O tempo total de contribuição foi de 96(NOVENTA E SEIS) meses, equivalentes a 08(OITO)anos de mandato, passando a ter direito a aposentadoria no valor de R\$10.128,90(DEZ MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS), conforme apurado pela Divisão de Análise e Cálculos da COSEPAR.
Art.3º Este ATO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.
MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2016.
Deputado MARCIO MIRANDA
Presidente da Assembleia legislativa do estado do Pará
Deputada ANA CUNHA
1ª Secretária
Deputado CHICÃO
2ºSecretário
Protocolo: 133849

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 270601/2014-PMSBP
TOMADA DE PREÇO 270601/2014-CPL
Fica prorrogado o prazo de vigência: até 28.02.2017. O valor do acréscimo é R\$ 167.210,40(cento e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais e quarenta centavos) mantendo-se inalterada as demais cláusulas contratuais. Santa Bárbara do Pará 28 de novembro de 2016.
Ciro Souza Góes
Prefeito Municipal

Protocolo: 134056

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO PARÁ
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO Nº. DO CONTRATO:104/2014/PMSIP
MODALIDADE: T P Nº. 010/2014
Partes: Município. De Santa Isabel do Pará e a empresa CARLA & SILVA COMERCIO E SERV. LTDA-EPP.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 01.08.14, ficando prorrogada a vigência até 30.12.2017. **Data de Assinatura do termo:** 12.12.2016.
EXTRATOS DE 7º TERMO ADITIVO Nº. do Contrato:144/2012/PMSP/SEMED
Modalidade: T.P. nº. 003/2012
Partes: Prefeitura Mun. De Santa Isabel do Pará e a empresa MARC ARQUITETURA ENGENHARIA LTDA.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 03.08.2012, ficando prorrogada a vigência até 30.06.2017. **Data de Assinatura:** 12.12.16.
Ordenador Responsável: Gilberto Pessoa
Santa Isabel do Pará/PA, 29 de dezembro de 2016

Protocolo: 133909